
A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA
DAS REGIÕES AUTÓNOMAS

A IMPORTANCIA ESTRATÉGICA DAS REGIÕES AUTÓNOMAS (1)

1. INTRODUÇÃO. CENÁRIO GEOPOLÍTICO MUNDIAL

Das teses sustentadas pelos geopolíticos que são mais atentamente lidos — e que o são provalvemente por terem sido capazes de destrinçar do emaranhado da História e da Geografia linhas mestras que explicam acontecimentos passados e permitiram a formulação de previsões acertadas e que, por isso mesmo, são susceptíveis de influenciar o pensamento estratégico actual e futuro — pode concluir-se o seguinte (ver Fig. 1):

- A chave do poder mundial residirá no Hemisfério Norte, onde se encontram 60% das terras emersas e 90% da população do Globo, e a região «Pivot» situa-se na massa euro-asiática, designada por «Heartland», e que é considerada militarmente inexpugnável;
- A hegemonia mundial tem sido e continuará a ser disputada entre a Potência Continental e a Potência Marítima;
- A Potência Continental tem tendência a procurar estabelecer a sua hegemonia no «Heartland» e a expandir a sua influência para fora dos seus limites geográficos;
- A Potência Marítima, ou Insular — que foi personificada pela Inglaterra e, ultimamente, por uma coligação de países marítimos liderada pelos EUA — tem mantido a hegemonia mundial graças a uma política de divisão das potências do «Heartland» e de contenção periférica da Potência Continental nos seus limites geográficos, assente na exploração das vantagens das comunicações marítimas sobre as terrestres e numa superior capacidade para controlar o mar;
- A constituir-se um poder terrestre suficientemente forte no «Heartland» (o que pressupõe um bloco político-militar-económico englo-

(1) Conferência realizada no Instituto da Defesa Nacional em 14 de Fevereiro de 1980, inserida no Ciclo de Conferências «As Regiões Autónomas no Contexto da Defesa Nacional».

bando a Alemanha, a URSS e a China, ou a hegemonia duma destas potências sobre as outras) a Potência Continental tenderá a dispor duma força centrífuga capaz de romper o cerco que tem vindo a ser-lhe movido pela Potência Marítima e de estender o seu contróle a importantes regiões produtoras de hidrocarbonetos e aos mares marginais;

- Se a Potência Continental assim constituída for ainda capaz de evoluir ela também para potência marítima, então conseguirá capacidade para disputar à tradicional Potência Marítima o próprio acesso às regiões

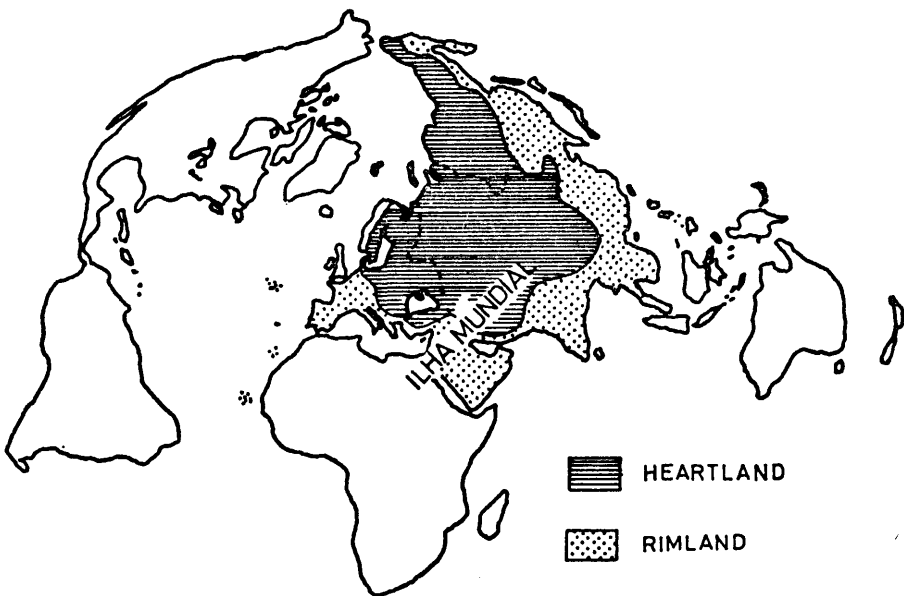


Fig. 1 — *Cenário Geopolítico Mundial.*

produtoras de matérias-primas e de hidrocarbonetos existentes no Continente Africano e noutras paragens, e também o próprio contróle dos mares, impondo-lhe um desafio sem precedentes;

- A Potência Marítima poderá ainda assim ter possibilidades de responder ao desafio da Potência Continental, se for capaz de fazer dos mares que a separam dos seus aliados naturais um elo íntimo de ligação;

— As regiões decisivas para a disputa do domínio mundial serão o «Heartland» (disputa de hegemonia), o «Rimland» e as ilhas periféricas ou estratégicas (disputa de influências), e o Mar (disputa de contróle).

O cenário assim traçado por ilustres pensadores como Mahan, Mackinder, Castex e Spykman, parece explicar satisfatoriamente:

- As lutas pela hegemonia no «Heartland», de que têm sido intérpretes principais as potências a que o almirante Castex chamou de «perturbadoras continentais», designadamente a França de Napoleão, a Alemanha de Hitler, e as actuais URSS e R. P. China;
- As disputas de influência e os conflitos militares limitados que se têm verificado ao longo dos séculos no «Rimland» e nas Ilhas Periféricas deste que, por isso, se transformaram numa vasta faixa de crónica instabilidade ideológica, religiosa, sócio-política, económica e militar;
- O aparecimento duma aliança marítima como a NATO, com o objectivo de fazer do Atlântico Norte um elo de ligação entre aliados naturais; de alianças como a CENTO e a SEATO, procurando reforçar a capacidade de resistência de países do «Rimland» à pressão centrífuga da Potência Continental; e da progressiva extensão tácita da Aliança Atlântica a países situados fora dos seus actuais limites geográficos, os quais se identificam com os actuais membros pelas suas estruturas económicas e político-sociais, e de que são exemplo a Austrália, a Nova-Zelândia e o Japão;
- O apoio de conveniência da R. P. China à CEE, à união europeia e à NATO, e o apoio dos EUA e da CEE ao desenvolvimento económico e militar da R. P. China, ambos numa óptica de contenção da expansão da URSS, o que convém simultaneamente à Potência Marítima e a uma potência terrestre que pretende obstar à hegemonia de outra no «Heartland»;
- O empenhamento dos EUA no Médio Oriente e a sua tese de que esta região petrolífera é vital para a sua segurança e para a dos seus aliados;
- A oposição da URSS aos propósitos de unificação europeia, e o empenhamento que se lhe atribui em conseguir, no mínimo, levar

países europeus a um neutralismo que os afaste da sua aliança com os EUA.

Contudo, nem todos os ilustres geopolíticos citados viveram o suficiente para poderem ter assistido ao desenvolvimento dos novos factores que podem também vir a pesar na decisão da disputa pelo domínio mundial:

- A «arma nuclear» e os seus vectores de lançamento — designadamente aviões bombardeiros de longo raio de acção, quer baseados em terra, quer em porta-aviões, e os mísseis intercontinentais, de alcance médio e de cruzeiro — todos eles capazes de abalar a tradicional inexpugnabilidade conferida ao «Heartland» pelas suas dimensões e inospitalidade;
- A «arma ideológica», a qual, tirando partido das actuais facilidades de comunicação, empresta nova dimensão à luta de influências, pela sua facilidade de transposição da contenção periférica;
- A «arma tecnocrónica», visando a associação íntima do desenvolvimento económico e da justiça social, na convicção de que ela acabará sempre por sobrelevar a associação do poder militar, do nacionalismo e da ideologia comunista;
- A «arma financeira»;
- A «arma do petróleo».

Entretanto, numa primeira conclusão, parece que a actual Potência Continental, a URSS, dispõe de trunfos até hoje nunca alcançados pelas potências que a precederam nesse papel, e que são:

- O domínio efectivo de grande parte do «Heartland»;
- A posse dum grandioso Poder Militar convencional e nuclear;
- A possibilidade tecnológica de aumentar substancialmente o potencial estratégico do «Heartland», pelo desbravamento da Sibéria no domínio dos transportes terrestres e aéreos e da exploração dos seus recursos minerais e energéticos, e pelo eficaz aproveitamento da sua costa do Pacífico;
- A posse dum Poder Marítimo nunca antes visto em Potência Continental, ultrapassando já em alguns pontos o da própria Potência Marítima, e com capacidade para retardar as operações de socorro da América

do Norte à Europa, que deram a vitória à Potência Marítima nas duas últimas guerras mundiais;

- A posse de uma ideologia motivadora e dum regime autoritário que lhe permitem valorizar sensivelmente os factores materiais e morais do seu Poder Nacional, para fins de expansão de influência.

No entanto, a actual Potência Continental tem contra si, principalmente, a quebra da sua tradicional inexpugnabilidade terrestre pelo citado advento do Poder Aéreo, dos mísseis e das ogivas nucleares, e o cisma ideológico da R. P. China, que parece tender a dificultar-lhe seriamente a consecução da hegemonia no «Heartland». São-lhe ainda adversos, no campo material, a superioridade tecnológica e tecnocrónica da Potência Marítima, a qual tem tornado de facto efémeros alguns dos êxitos conseguidos pela actual Potência Continental pela via da influência ideológica e militar, e, no campo dos factores intangíveis, o ressurgimento do fervor islâmico e da influência da Igreja Católica, o que poderá tornar muitos países do «Rimland» autonomamente menos permeáveis à ideologia comunista (André Malraux parecia ter a percepção deste fenómeno, ao predizer que o próximo século seria místico e religioso, onde a fé se tornaria uma exigência fundamental e as ideologias seriam postas em xeque).

2. O TERRITÓRIO PORTUGUÊS NO CENÁRIO GEOPOLÍTICO CONSIDERADO

Portugal situa-se na região onde historicamente se tem verificado disputa permanente de influências entre as Potências Marítima e Continental, região essa que, como se disse, se caracteriza por crónica instabilidade, e é designada por «Rimland».

O Território português é constituído por uma estreita faixa periférica atlântica da Península Ibérica (situada na primeira linha de contenção da Potência Continental — disputa de influência) e por dois arquipélagos atlânticos (situados na segunda linha de contenção — disputa de influência e do contróle do mar). Poderá assim talvez considerar-se que coexistirão no território português duas entidades potencialmente diferenciáveis, dado poderem vir a ser sujeitas a influências de intensidade, ou mesmo de sentido, diferente.

Portugal apresenta características dum quase-arquipélago, pois, para além dos Açores e da Madeira, existe uma faixa de autêntica rarefacção de populações e de actividades económicas ao longo da fronteira com a Espanha, e as ligações do nosso país com o exterior processam-se, ainda hoje, predominantemente pelo mar (mais de 95% das importações, e mais de 84% das exportações), evitando os condicionamentos do transporte terrestre. Unindo as três parcelas do Território Nacional, existe uma área oceânica, a que chamaremos de doméstica.

Não seria necessário que:

- Estrategistas norte-americanos tenham declarado publicamente que as Ilhas Atlânticas fazem parte do próprio esquema de defesa em profundidade do seu país;
- Os Açores tenham ficado por fora dos actuais limites da área ibero-atlântica da NATO (ver Fig. 4);
- Que o anterior comandante do SACLANT tenha escrito na «Revista da NATO» que existe «a necessidade absoluta de manter e de utilizar as ilhas-bases do Atlântico, designadamente a Islândia e Açores...» e que «temos de estar preparados para proteger estas ilhas cedo e em força, antes que os soviéticos as possam neutralizar ou ocupar para seu próprio uso»;

para podermos considerar que, entre a linha que une os Açores e a Madeira, e o Continente, pode passar uma autêntica fronteira estratégica.

Na realidade, a referida fronteira já funcionou, pelo menos nas seguintes circunstâncias:

- Na 2.^a Guerra Mundial, quando, já ocupada boa parte da Europa Ocidental pela Alemanha, e mantida a Península Ibérica, embora neutral, na órbita da simpatia da Potência Continental, Portugal teve de ceder a utilização dos Açores à Potência Marítima, tendo aquele arquipélago, juntamente com as Ilhas Britânicas, ambos situados no que designamos por segunda linha de contenção daquela potência, constituído trampolins essenciais para as operações de socorro e de libertação da Europa;
- No período agitado que se seguiu imediatamente ao 25 de Abril, quando se verificou diferença de permeabilidade entre o Continente

e as Ilhas à arma ideológica da Potência Continental, de que resultou uma das maiores crises de separatismo ilhéu da História de Portugal.

Por outro lado, será sempre conveniente recordar que, após a perda da independência em 1580, os portugueses da Ilha Terceira resistiram mais de 3 anos aos Filipes e, ainda durante o domínio espanhol, opuseram-se com êxito aos desígnios da ocupação dos Açores pelos ingleses. Com tal exemplo, os terceirenses demonstraram a possibilidade e a conveniência de se organizar a defesa do país por forma escalonada, por regiões.

Ao alcance de controle do Território português cruzam-se importantes rotas marítimas e aéreas que estabelecem a ligação entre a Europa, as Américas, a África e o Médio Oriente (entre elas a célebre Rota do Petróleo) e ainda as rotas de socorro da América do Norte à Europa, cujo funcionamento se mostrou decisivo para a sorte da Potência Marítima nas duas últimas guerras mundiais, como atrás se referiu (ver Figs. 3 e 4).

Saliente-se que, mesmo no caso — muito pouco provável — das posições portuguesas virem a não ser totalmente indispensáveis para a protecção das rotas marítimas do Ocidente, seria no entanto desastroso para este que elas pudessem estar à disposição da Potência Continental, conforme se verifica da afirmação do ex-comandante do SACLANT, atrás citada.

O arquipélago da Madeira, para além de se encontrar defronte do Estreito de Gibraltar e da costa noroeste da África (entidades geoestratégicas de altíssimo valor) e de ser actualmente a posição da NATO mais a sul da sua área geográfica, compõe, em conjunto com os Açores e o Continente, uma esplêndida base para fins de vigilância e de controle aero-naval, designadamente no domínio da radiogoniometria, o que é extremamente importante para uma região marítima de tão elevado potencial estratégico.

Os arquipélagos portugueses do Atlântico — e o próprio território do Continente — pela sua localização, constituem trampolins transatlânticos naturais para a condução de operações navais e aéreas, para escala de aviões de ataque ao solo e de intercepção em viagens entre a América do Norte e a Europa, para apoio de transportes aéreos intercontinentais, e ainda para a constituição de reservas estratégicas. O usufruto de tais facilidades pode revelar-se também tentador para a própria Potência Continental, caso esta pretenda vir a aumentar a sua capacidade para influenciar e/ou intervir na região das Caraíbas e da América Central, a exercer controle do mar para

protecção das suas cada vez mais densas rotas marítimas, e a conduzir operações aero-navais ofensivas contra a Potência Marítima.

Os países da Organização para a Unidade Africana (OUA) e, dentre eles, mais destacadamente, os países árabes da chamada ala radical, considerando que as ilhas que rodeiam o Continente Africano podem servir de trampolim para o assalto a ele, têm manifestado claramente o seu interesse em vê-las subtraídas ao contróle de Potências estranhas. Entre estas ilhas têm já sido contempladas, em declarações proferidas, as da Madeira, das Canárias e dos Açores, estando provelmente a preocupação com estas últimas mais relacionada com o papel que as Lajes têm desempenhado no conflito israelo-árabe. Como é do conhecimento geral, aqueles países árabes dispõem de poderosas armas de persuasão e de coacção, designadamente as do petróleo e dos «petrodólares». A Líbia projecta um Poder Naval com capacidade oceânica que a defesa do seu território, só por si, não justifica. De notar o êxito que este país já conseguiu na neutralização da Ilha de Malta, ao que não foram alheios os «petrodólares».

A localização dos arquipélagos atlânticos portugueses, a meio do Atlântico Norte, é ainda de molde a que eles possam ser extremamente úteis para fins de guiamento e de seguimento de mísseis intercontinentais, de instalação de centros de contróle de meios electrónicos e acústicos de vigilância (aérea, de superfície e submarina), de ajudas à navegação, de postos meteorológicos, de serviços de busca e salvamento e de coordenação da navegação aérea.

A configuração quase-arquipelágica do território português tornou possível a atribuição ao nosso país duma vastíssima Zona Económica Exclusiva.

Como é do conhecimento geral, os recursos económicos em terra tendem a escassear com a explosão demográfica e com o natural desenvolvimento dos países até agora mais desfavorecidos. Tais recursos são cada vez mais regateados em terra também por razões de natureza política, o que vai ter repercussões consideráveis em termos de corrida ao mar, o qual, como se sabe, ocupa mais de dois terços do Globo. É provável que os países ribeirinhos, como Portugal, possam vir a ser dos mais beneficiados na aludida corrida ao mar, mas isso também pode acarretar-lhes maiores antagonismos e conflitos. De qualquer modo, a vastidão da ZEE que nos coube, pela qual a maior responsável é a localização das Ilhas Atlânticas, pode constituir uma base para sólido desenvolvimento do potencial estratégico português, e, con-

sequentemente, para a criação de resistências a manipulações externas, através da estabilização económico-social, e ainda para um aumento do poder de negociação no quadro da Comunidade Económica Europeia.

As ilhas Atlânticas conferem à Nação portuguesa a possibilidade de assumir personalidade e comportamento diferenciados da Espanha, para além de permitirem contrabalançar, no plano das relações bilaterais e das internacionais, as consequências do maior peso geoestratégico deste país na Península Ibérica. Tal possibilidade, no caso do país vizinho vir a ingressar na Aliança Atlântica, permite argumentar contra uma subordinação militar ibérica que se afigura de todo inconveniente para Portugal.

3. IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PORTUGUÊS QUANTO A HIPÓTESES DE CONFLITOS ARMADOS

a) *Hipótese de Guerra Nuclear*

A arma atómica já demonstrou na 2.^a Guerra Mundial a sua capacidade para decidir um conflito, pelo que é costume atribuir-se-lhe a classificação de «arma absoluta». Não admira, por conseguinte, que constitua a principal preocupação dos responsáveis das maiores potências. Por outro lado, acontece que, conforme se referiu, os vectores de lançamento das ogivas nucleares — mísseis balísticos e de cruzeiro (lançados do ar, da superfície, ou das profundezas do mar) e aviões baseados em porta-aviões ou em terra — são potencialmente capazes de pôr em xeque a tradicional inexpugnabilidade da actual Potência Continental.

Os submarinos de propulsão nuclear lança-mísseis balísticos, porque a discrição dos seus movimentos lhes assegura uma considerável imunidade a ataques atómicos de surpresa, entram para a constituição da chamda «2.^a Capacidade de Retaliação Nuclear», a qual é uma peça fundamental da dissuasão. Por estas razões, o mar tem vindo a ser transformado pelas potências nucleares numa espécie de vasto tabuleiro de xadrez, onde os antagonistas procuram esconder e dispor as suas pedras. Por isso, a vigilância dos movimentos de tais submarinos constitui preocupação e tarefa prioritária desde tempo de paz,

daí decorrendo grande importância para as bases atlânticas, como as que o território português oferece para a operação de sensores e de meios aéreos, de superfície e submarinos.

A Marinha de Guerra da União Soviética, para vingar no seu próprio país, tem de romper as resistências da mentalidade continental prevalecente, propondo-se contribuir para o reforço da inexpugnabilidade do seu território, a qual, no dizer do Almirante Gorshkov, não pode ser totalmente garantida pelo Exército Vermelho num cenário atómico, em consequência da ameaça de aviões e mísseis. Com aquele objectivo, a Armada soviética dispõe duma defesa em profundidade em duas linhas (ver Fig. 2) — uma mais próxima da URSS, visando os porta-aviões e os submarinos nucleares lança-mísseis «Polaris/Poseidon» norte-americanos, a segunda, em pleno Atlântico, tendo em atenção o maior alcance dos mísseis «Trident» dos novos submarinos que estão a entrar ao serviço. Os meios da 1.^a linha são navios e submarinos lança-mísseis superfície-superfície (contra porta-aviões) e aviões navais de grande raio de acção baseados em terra, os quais podem, pelo menos em teoria, ser complementados pelos dos novos porta-aéreos. Os meios da 2.^a linha são submarinos de propulsão nuclear anti-submarinos, aviões de longo raio de acção baseados em terra (os célebres «Backfire»), igualmente complementáveis, em teoria, embora dificilmente, pelos citados aviões dos porta-aéreos.

É claro que os referidos meios da URSS poderão ainda servir para dar protecção anti-submarina aos próprios submarinos nucleares lança-mísseis balísticos da sua 2.^a Capacidade de Retaliação, reforçando desse modo a credibilidade dissuasora desta.

O papel das Ilhas Atlânticas portuguesas, bem como o da Islândia, aparece então como extraordinariamente importante num cenário atómico, dando pleno cabimento às preocupações e à determinação patenteadas pelo anterior comandante do SACLANT, atrás referidas. Assim, sob o contróle da Potência Marítima, aquelas ilhas tornam possível a protecção dos seus submarinos nucleares lança-mísseis, por proporcionarem bases de detecção, de rastreio e de intercepção de aviões «Backfire», de porta-aéreos anti-submarinos e de subma-

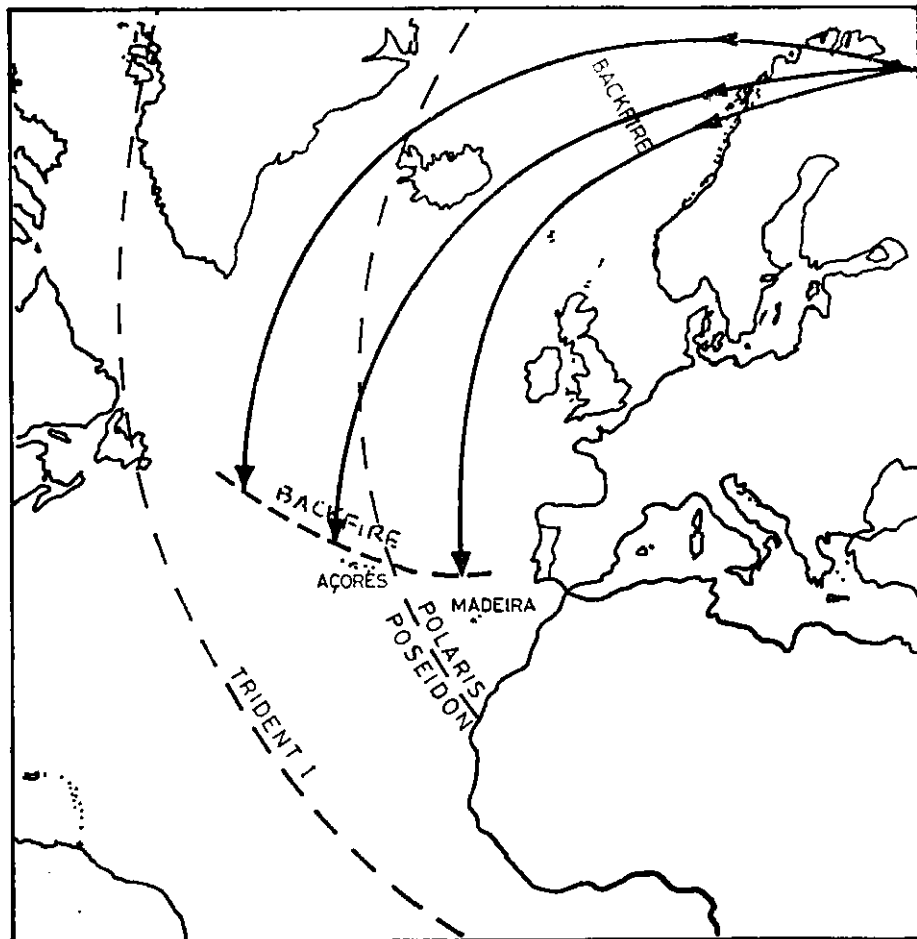


Fig. 2 — O TERRITÓRIO NACIONAL, os submarinos lança-mísseis ballísticos e os aviões BACKFIRE.

rios anti-submarinos da Potência Continental. E, sob o controle desta Potência, elas tornariam possível o aumento do raio de acção dos «Backfire» e uma maior protecção aos seus submarinos lançamísseis balísticos e anti-submarinos, conferindo-lhe assim um maior poder de persuasão e de coacção política.

b) Hipótese de Crises Político-Militares em Regiões-Chave do Globo

Para o problema em apreço interessa considerar as regiões dos Balcãs, do Golfo Pérsico, de Marrocos — Sara Ocidental, e da África Austral, e ainda o conflito Israelo-Árabe.

Para a eventualidade de crise grave, como seria uma que fosse susceptível de ameaçar interesses vitais dos países da referida Aliança Atlântica Alargada, de que se destaca um hipotético impedimento de acesso ao petróleo do Golfo Pérsico, parece ser de presumir que os EUA tenham planeado o lançamento de ponte aérea para rápido reforço militar na região, em que parece natural estar incluída a escala nas ilhas portuguesas, como meio de obter melhor rendimento dos aviões de transporte, uma vez que, desse modo, poderão transportar cargas maiores. A possibilidade de utilizar as Ilhas confere assim aos EUA maior poder de influência, de dissuasão e de intervenção para a região considerada.

A actual crise que envolve Marrocos, a Frente Polisário, a Argélia e a Líbia, a prolongar-se e a acentuar-se, é susceptível de poder provocar alguma desestabilização nas Ilhas. Se conduzisse a uma vitória da influência árabe radical na orla atlântica do canto noroeste do Norte de África, o cenário ibero-atlântico alterar-se-ia profundamente, e a importância estratégica e a sensibilidade das Ilhas, bem como a da Península Ibérica, aumentaria. Será de admitir, por conseguinte, que a atenção das Potências interessadas na utilização que for dada às Ilhas tenha tendência a acompanhar a evolução deste conflito.

c) Hipótese de Guerra Relâmpago na Europa

São do domínio público os receios de responsáveis da NATO com a possibilidade duma ofensiva de forças convencionais do Pacto de

Varsóvia contra os Flancos Norte e Sul da Europa, e contra a Frente Central Europeia, em que tem sido salientada a capacidade daquelas forças para desenvolver acções de extrema violência e de rápida progressão, o que lhes permitiria ocupar boa parte do Velho Continente em pouco tempo. Declarações públicas daqueles responsáveis referem existirem planos de socorro à Europa para esta eventualidade, nos quais se encontrará previsto:

— Numa primeira fase, a transferência de caças-bombardeiros e o transporte aéreo de tropas, com o seu equipamento ligeiro, encontrando-se o material pesado previamente armazenado em locais seleccionados na Europa;

(O território português, mormente os Açores, teriam nesta hipótese um papel de relevo, como ponto de escala de aviões e como reserva de material, e ainda como ponto de apoio para a protecção àqueles mesmos aviões);

— Numa segunda fase, seguir-se-ia o envio do grosso do material de socorro, principalmente por via marítima, fase esta que teria de ser provalvemente precedida dum período mínimo duns 90 dias, estimado como necessário para se conseguir o suficiente contróle do mar e do ar;

(O território português, principalmente os Açores, teria nesta hipótese um papel de primordial importância para o apoio de forças aero-navais indispensáveis às operações ofensivas prévias de limpeza anti-submarina e anti-aérea, e às subsequentes operações anti-submarinas, anti-aéreas e anti-superfície de protecção aos transportes marítimos).

Se não for possível aos EUA e à NATO a utilização de facilidades nas Ilhas portuguesas, facilmente se vê que o socorro à Europa seria extremamente difícil, sendo então o cerco ao Velho Continente, e o seu isolamento dos EUA, muito mais fáceis de conseguir.

d) Hipótese de Guerra Generalizada Convencional

Para um quadro deste tipo parece muito provável que os Estados-Maiores das grandes potências considerem a possibilidade de repe-

tição da habitual batalha pelas comunicações marítimas. Pelo menos, a NATO não pode ignorar esta possibilidade, sob pena de diminuir a sua capacidade de dissuasão dum conflito generalizado.

Elevada percentagem dos combates anti-submarinos travados na chamada Batalha do Atlântico, durante a 2.^a Guerra Mundial, teve lugar em áreas ao alcance do território nacional (ver Fig. 3). Este, do ponto de vista ocidental, apresenta possibilidades para proporcionar uma boa cobertura para navios mercantes navegando isoladamente ou em combóio, principalmente se forem adoptadas rotas que lhes permitam tirar o maior partido do raio de acção da aviação de patrulha marítima e de helicópteros e de sensores de fundo, baseados nas posições portuguesas. Para melhor se fazer uma ideia da importância das facilidades que o território nacional oferece, salienta-se que os meios aéreos, baseados em terra ou embarcados, constituem as armas mais eficazes contra unidades de superfície, aéreas ou submarinas lança-mísseis anti-navio, as quais são hoje consideradas a maior ameaça no mar. Acontece ainda que, no Atlântico Norte, há melhores condições ambientais a sul dos Açores para a detecção acústica de submarinos (e mesmo melhores condições de tempo para a navegação de superfície), e que a rota do Sul passa fora do alcance dos «Backfire» baseados na Península de Kola (ver Fig. 2).

O especialíssimo Território Nacional apresenta, graças à existência de numerosas ilhas espalhadas por uma vasta área, a possibilidade de dispersão do Poder Militar, particularmente do Aéreo, o qual é extremamente vulnerável a ataques de surpresa às suas estruturas de apoio (bases e pontos de reabastecimento).

Refere-se ainda que as Ilhas Atlânticas portuguesas proporcionariam tirar-se maior rendimento da autonomia dos aviões de interceptação destinados a atacar os «Backfire», os quais, pela sua capacidade em termos de autonomia e de meios de detecção e de ataque a navios, podem ser considerados autênticos corsários aéros, ou seja, extremamente ameaçadores para a navegação ocidental. As Ilhas desempenhariam, nesta eventualidade, o papel de porta-aviões ina-

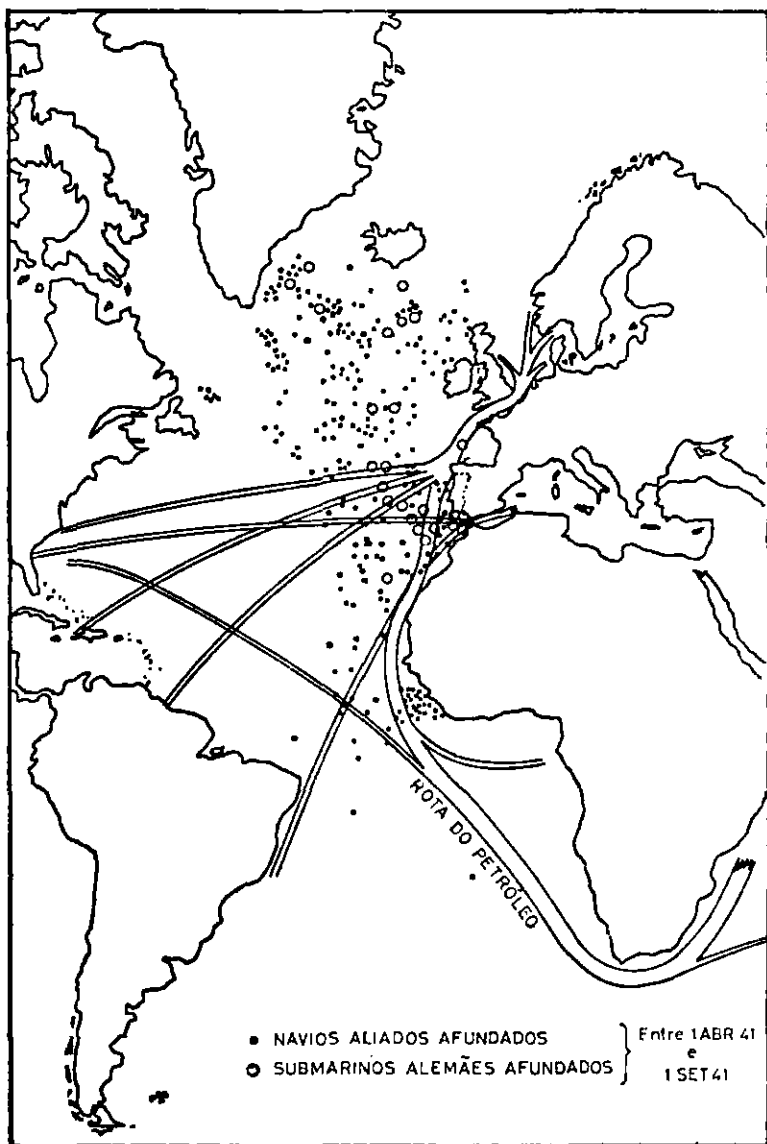


Fig. 3 — A utilidade das funções do território nacional para a protecção à navegação.

fundáveis, tornando possível, ainda por cima, libertar os autênticos e relativamente pouco numerosos porta-aviões para operações noutras áreas.

Também se infere claramente do problema que constituiria, para um Ocidente que se encontra seriamente dependente das comunicações marítimas, o contróle das Ilhas portuguesas por potências hostis à NATO.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece lícito poder concluir-se ser natural haver poderosas potências e blocos para os quais não é indiferente a utilização que for dada ao Território Nacional e, particularmente, às Ilhas Atlânticas. E, se por isso parece inevitável que tenham tendência a procurar condicionar e a manipular o comportamento político dos portugueses continentais e ilhéus, também é verdade que tal circunstância pode, por outro lado, proporcionar à nação portuguesa uma notável capacidade de influência e de manobra na cena internacional, desde que haja consciência dessa realidade e das vulnerabilidades que podem ser exploradas em desfavor do interesse nacional, e vontade efectiva de as minimizar, ou mesmo anular.

Como se sabe, as vulnerabilidades nacionais passíveis de exploração por outras potências são, principalmente, as decorrentes da conjugação da descontinuidade territorial, da vaga autonomista e separatista que varre actualmente o mundo, da fragilidade do país nos campos da economia, da identidade nacional e da defesa militar, e da dependência externa no respeitante à obtenção de produtos energéticos e matérias-primas, e aos investimentos financeiros.

Contudo, como se sugeriu atrás, a distribuição dos seus habitantes por um território quase-arquipelágico não constitui apenas uma vulnerabilidade, uma vez que também confere à nação portuguesa boas bases para conseguir um potencial estratégico que lhe pode proporcionar:

- A constituição de uma entidade geoestratégica diferenciada da Espanha, e de peso pelo menos idêntico ao deste país no domínio das relações internacionais;

- O desenvolvimento da sua resistência material no campo económico, pela exploração da vasta Zona Económica Exclusiva;
- A adopção dum conceito estratégico militar elástico baseado num sistema de defesa escalonado por regiões, em princípio susceptível de poder constituir capacidade de dissuasão considerável contra eventuais candidatos a agressores.

Tudo parece assim concorrer para que o combate à descontinuidade territorial, e à própria insularidade, deva ser considerado um Objectivo Nacional prioritário. Em conformidade, para além de se tornar mister transformar a vasta área oceânica doméstica em elo de ligação íntima inter-territorial através de eficientes redes de transportes marítimos e aéreos, e de telecomunicações, parece impor-se, no mínimo, a procura permanente de justa e frutuosa inter-dependência económica e o estreitamento de relações culturais e científicas entre as parcelas do território nacional, numa perspectiva de reforço da tradição, da coesão e da identidade nacionais.

Para a realização desse Objectivo Nacional, haverá que perseverar na justa consideração das históricas aspirações autonomistas das Regiões, por exemplo através de práticas democráticas transparentes e, principalmente, da incentivação à participação das populações das três parcelas do território nacional na problemática da Segurança e da Defesa Nacional. Isto porque, sem um projecto que o povo possa entender e apoiar como realmente seu, não há sentido para Defesa Nacional autêntica num país livre. É por isto que nos parece oportuno citar a seguinte afirmação do respeitado estrategista norte-americano Almirante Eccles, ainda vivo:

«A contínua existência do Estado e a preservação dos valores nacionais constituem objectivos inalteráveis e de suprema importância. Por conseguinte, a fonte mais pura da Estratégia duma Nação é o seu povo. Numa sociedade livre, não se pode esperar sucesso duma Estratégia que contrarie o sentido dos valores do seu povo. Se estes valores forem confundidos, é então muito provável que a Estratégia resulte confusa.»

Por isso, ainda se acha apropriado afirmar que, sem assumir uma autêntica personalidade arquipelágica, e sem haver um comportamento coerente com ela, a coesão nacional e o potencial estratégico do país resultam diminuídos, e a sua própria independência corre riscos.

Parece ainda pertinente lembrar-se, a título exemplificativo, que, numa óptica arquipelágica, o funcionamento sem soluções de continuidade dos transportes marítimos e aéreos inter-territoriais deva constituir para a Nação portuguesa um importante Interesse Nacional, pelo que seria muito conveniente que aqueles sectores pudessem gozar de estatuto em conformidade.

Outra vulnerabilidade, como atrás se referiu, e que importa acentuar, diz respeito à fragilidade militar do país, principalmente se confrontada com a enorme importância estratégica do território nacional, e que decorre não apenas da escassez e da inadequabilidade dos meios mas, fundamentalmente, do próprio conceito estratégico de defesa militar, que urge repensar.

No caso de Portugal, há que procurar tirar o partido possível da própria descontinuidade territorial, repartindo o Poder Militar pelas três parcelas, e dotando-o de adequada flexibilidade e mobilidade, por forma a conseguir uma capacidade de sobrevivência acrescida, isto é, a tornar mais difícil anular dum só golpe a defesa do país. A integração dum tal conceito, de cariz arquipelágico, no esquema defensivo da NATO, parece perfeitamente negociável. Outrossim, a inexistência de um tal conceito — para além de revelar falta de coerência e de firmeza no domínio do pensamento estratégico nacional, que pode inclusivamente dificultar a própria obtenção de ajuda militar ao país — é susceptível de conduzir a inconvenientes ainda maiores do que o da actual exclusão dos Açores da área IBERLANT. O caso é que, numa eventual reorganização dos comandos NATO decorrente do presumível ingresso da Espanha na Aliança, poderá vir a surgir a ideia de subordinar a defesa militar do Continente a um comando ibérico com sede em Madrid (portanto, de feição continental), e as Ilhas a um comando de índole marítima, ambos a chefiar por estrangeiros. Tal inconveniente, que comportaria algum risco separatista, poderá no entanto ser evitado, se soubermos pugnar pela supracitada integração dum conceito de cariz arquipelágico no esquema defensivo da NATO, vincando resolutamente a nossa vocação euro-atlântica, que é afinal a que tem contribuído para garantir a independência do país, por lhe conferir uma identidade geoestratégica diferenciada relativamente à Espanha. Neste país, por sinal, acontece que estará agora começando a definir-se uma crescente preocupação com o aumento de instabilidade que se verifica no Norte de África, da Mauritânia à Tunísia, o que está conferindo crescente importância ao eixo Canárias-

-Gibraltar-Baleares, tão enaltecido ultimamente por estrategistas espanhóis. Quer isto dizer que uma maior coerência e firmeza do pensamento estratégico português em torno dum conceito de defesa militar arquipelágico, de cariz euro-atlântico, coincidindo com uma maior preocupação e vocação espanholas orientadas para a frente euro-afro-mediterrânica e para o controle do Estreito de Gibraltar, poderão conduzir a uma natural destrição de áreas de interesse entre Portugal e a Espanha, a qual pode e deve cons-

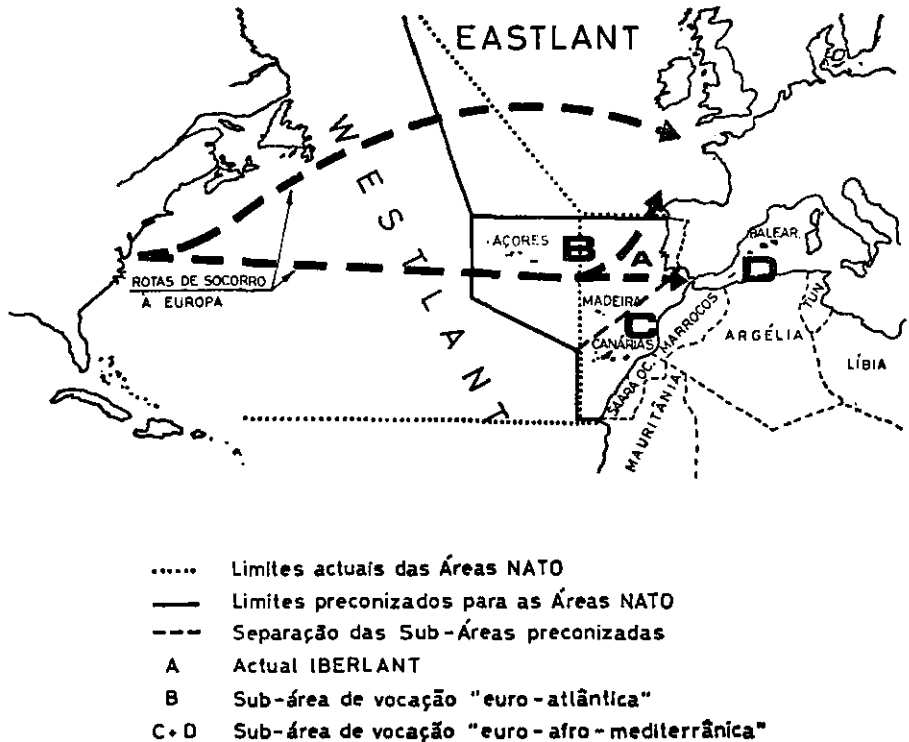


Fig. 4 — Reorganização possível da área «Iberlant».

tituir uma saudável fonte de complementaridade de esforços entre os dois países no quadro da Aliança Atlântica, e mesmo da defesa ibérica (ver fig. 4). Por outro lado, a NATO deve ter presente que, na prática histórica dos governantes ibéricos, sempre foram considerados como componentes

da área de segurança da Península Ibérica os arquipélagos dos Açores, Madeira e Canárias, e nunca foi ignorada a influência que a situação no Norte de África tem tido nos seus destinos. Aliás, nem mesmo em termos de defesa militar da Península, será absolutamente indiscutível que esta tenha de ser centralizada a partir de Madrid, no quadro do conflito histórico entre as Potências Marítima e Continental. Pelo menos Wellington assim o entendeu, ao optar por uma solução que fez do saliente de Lisboa uma quase-ilha, qual bastião de resistência mantido aberto ao apoio do Poder Marítimo britânico, para, a partir dele, iniciar a campanha que, sempre bem assente no domínio do mar, acabou por libertar a Península e a própria Europa da ocupação da Potência Continental de então. Por conseguinte, o interesse nacional, o ibérico e o aliado parece poderem ser defendidos no quadro da Aliança Atlântica sem recurso a soluções que «dilacerem» o território e a identidade nacional. Por outro lado, parece impensável que à Aliança Atlântica possam interessar esquemas que comportem riscos separatistas para um país membro.

Se os ensinamentos da História devem merecer-nos alguma reflexão, não deixará de ser útil recordar que Portugal secular procurou na opção atlântica e na aliança com potências marítimas do Norte da Europa uma conveniente compensação para a pressão com que sempre teve de haver-se na fronteira terrestre. Concretamente, aconteceu que Portugal perdeu a independência em 1580 quando, entre outros factos, se verificou a coincidência de:

- Intenso desnorte motivado em boa parte pelo desaire da política norte-africana de D. Sebastião em Alcácer-Quibir;
- Grave fragilidade da frente interna, fortemente fomentada do exterior;
- Hegemonia económica e superioridade militar do antagonista ibérico, simultaneamente nas fronteiras terrestre e marítima.

É o professor Jorge Borges de Macedo quem, referindo-se a esta última circunstância, que chama de «situação de cerco», afirma: «Foi nessas condições — e só nessas — que ocorreu a imposição a Portugal do mesmo rei que governava a Espanha».

Nos nossos dias as perdas de independência não são sempre totais, nem se concretizam apenas por métodos violentos, podendo resultar de processos

mais subtis, que encobrem o perigo das ameaças. O caso é que se verifica também agora a coincidência de:

- Acentuado desequilíbrio decorrente do súbito regresso aos nossos limites geográficos europeus;
- Fragilidade da frente interna;
- Notória inferioridade económica e militar, em confronto com o vizinho ibérico;

coexistindo estas circunstâncias com a aliança que a Espanha tem com os EUA (a actual Potência Marítima), e com a despreocupação que se verifica pelo aproveitamento do potencial estratégico do território nacional. Estes factores, conjugados com o crescente poderio militar da Espanha — que tem em curso um vasto programa de reequipamento visando dotar o país com os mais modernos Exército e Força Aérea, e com um Poder Naval que vai custar cerca de 100 milhões de contos e que inclui 2 porta-aviões, 2 cruzadores e umas dezenas de fragatas e corvetas lançamísseis, uma dezena de submarinos, o desenvolvimento da sua já considerável força anfíbia, e a modernização da sua Aviação Naval — poderão dar lugar a que a potência líder da Aliança Atlântica se tente a conferir à Espanha a primazia na área ibero-atlântica, no caso do seu ingresso na NATO. Isto porque os EUA se encontram ansiosos por ver as potências regionais assumirem uma maior responsabilidade pelo controle das áreas periféricas e dos mares marginais, dado que estão a ser cada vez mais asserbados por solicitações simultâneas em várias regiões importantes do globo.

Quer isto dizer que, no caso do ingresso da Espanha na NATO, poderia verificar-se de novo o controle simultâneo da fronteira terrestre e da marítima nacionais pelo vizinho ibérico, o que, em termos modernos, acarretaria ao nosso país uma notável perda de capacidade de manobra política nos quadros ibérico e da Aliança Atlântica, com consequências imprevisíveis, a menor das quais poderia ser o aumento das tensões separatistas nas Ilhas.

Mister é, por conseguinte, dar-mos conta de que constituímos um país quase-arquipelágico para, através dum conceito estratégico de defesa militar apropriado, e dum programa de reequipamento militar em conformidade, se procurar ganhar credibilidade suficiente para obter o respeito e as ajudas de que carecemos para que não se torne necessário que a Espanha venha a assumir perante a NATO a responsabilidade pelo controle da nossa fronteira marítima e da nossa área oceânica doméstica.

Finalmente, lembraria que a independência nacional esteve sempre relacionada com as compensações que foi sendo possível conseguir para contrapor ao maior potencial estratégico da Espanha, designadamente na Europa, na África, nas Ilhas e no Poder Marítimo. Daqui o que poderão representar para o futuro do país a CEE, uma Política Marítima bem projectada, e as Ilhas.

De tudo o referido, e ressaltados alguns emolumentos e dramatizações a que se julgou necessário recorrer para fazer sobressair melhor os pontos mais importantes, ressalta o papel que as Ilhas podem desempenhar no reforço da personalidade euro-atlântica do país, o qual se tem por muito conveniente para o equilíbrio dos potenciais estratégicos de Portugal e da Espanha.

Espera-se terem sido suficientemente aflorados no breve estudo apresentado alguns pontos eventualmente merecedores de reflexão e de debate profícuos, visando o aprofundamento do conhecimento da importância estratégica das Regiões Autónomas, sobretudo na perspectiva do interesse nacional. Por isso, foram referidas ameaças que decorrem daquela mesma importância estratégica e das vulnerabilidades que poderão estar a oferecer-se à exploração alheia, e foram principalmente salientadas potencialidades que, devidamente entendidas e desenvolvidas, poderão contribuir para a minimização daquelas vulnerabilidades e para o reforço do potencial estratégico, da personalidade do país, e da sua influência no plano internacional.

J. Virgílio de Carvalho

Capitão-de-mar-e-guerra